



PREFEITURA DE PARINTINS

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS – AM.
CNPJ 04.329.736/0001-69
Site: www.parintins.am.gov.br
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Dra. Anacleto Garcia Araújo da Silva
Herberth de Azevedo nº 1486 – Fone(fax): (092) 3533-1399 / Parintins- AM - CEP: 69.151-580
procuradoriapin@hotmail.com



LEI Nº 502/2011/PGMP

**“ATRIBUI A REMUNERAÇÃO DO
PRESIDENTE E DO PREGOEIRO
TITULAR DA COMISSÃO
MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE PARINTINS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O cidadão **Frank Luiz da Cunha Garcia**, Prefeito Municipal de Parintins, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei nº 3.365/1941, e em cumprimento a Lei Orgânica do Município em seu art. 65, incisos I e XX,

Faz saber aos cidadãos de Parintins que a Câmara Municipal, em Sessão Ordinária realizada no dia 21 de setembro de 2011, **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte:

LEI:

Art. 1º. É atribuída, ao Presidente e ao Pregoeiro titular da Comissão Municipal de Licitação, a remuneração mensal no valor correspondente ao vencimento básico de Secretário e Subsecretário, respectivamente, constante da Lei nº. 426/2008 alterada pela Lei nº. 485/2010/PGMP, de 27 de dezembro de 2010.

Art. 2º. Em caso de impedimento dos Srs. Presidente, Pregoeiro titular da Comissão de Licitação, somente terão direito à percepção da remuneração de que trata essa Lei, quando substituírem os titulares, na proporção de sua efetiva participação.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pela seguinte Dotação Orçamentária: 020301 Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, Programa de Trabalho 04.122.0011.2.010 Manutenção da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, Natureza da Despesa 3.1.90.13.01- Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil - FPM.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parintins, 30 de setembro de 2011


Frank Luiz da Cunha Garcia
Prefeito Municipal de Parintins

Publicado no Quadro Legal de Aviso da Prefeitura Municipal de Parintins Em <u>30/09/11</u> nos termos do Art.91 da Lei Orgânica Municipal Nº 01/2004-CMP. Procuradoria Geral do Município Procuradoria Geral do Município Assistente Tec. Administrativo Portaria nº 213/2007/PGMP
--

Nº 2846